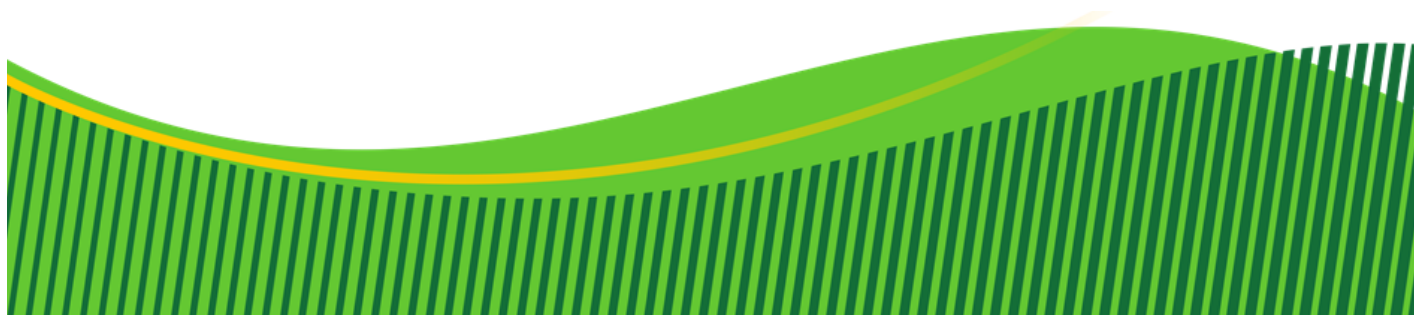


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardelo
Av. Mostardelo, 322
10º andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
Ponta Grossa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

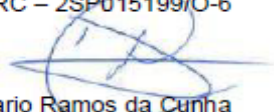
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	1.449.608	1.084.710	CIRCULANTE	702.846	467.162
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)19.690	16.111	DEPÓSITOS	(NOTA 1)174.859	124.276
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	693.066	549.405	Depósitos à Vista	156.412	100.541
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	36	Depósitos a Prazo	18.447	23.735
Correspondentes no país	1.273	865	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	457.700	289.540
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)691.789	548.504	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	34	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)689.533	483.591	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 1)457.666	289.540
Operações de Crédito	711.611	501.951	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.326	747
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(22.078)	(18.360)	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.326	747
OUTROS CRÉDITOS	39.341	30.271	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 1)7.356	5.356
Créditos por Avais e Fianças Honrados	58	50	Empréstimos País - Outras Instituições	7.356	5.356
Rendas a Receber	1.850	1.587	OUTRAS OBRIGAÇÕES	60.605	47.243
Diversos	(NOTA 07)37.936	28.948	Cobrança e Arrecadação de Tributos	342	101
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(503)	(314)	Sociais e Estatutárias	4.264	3.223
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)7.978	5.332	Fiscais e Previdenciárias	1.534	1.376
Outros Valores e Bens	8.081	5.431	Diversas	(NOTA 1)54.465	42.543
(Provisão para desvalorização)	(166)	(166)			
Despesas Antecipadas	63	67			
NÃO CIRCULANTE	217.492	135.551	NÃO CIRCULANTE	774.326	606.445
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	217.492	135.551	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	774.326	606.445
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)2.192	1.533	DEPÓSITOS	(NOTA 1)773.245	604.386
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.192	1.533	Depósitos a Prazo	773.245	604.386
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)133.813	68.007	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 1)1.081	2.059
Operações de Crédito	143.942	76.836	Repasses Interfinanceiros	1.081	2.059
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.129)	(8.829)			
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)468	2			
Diversos	487	2			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(19)	-			
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)17.497	14.455	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	189.928	146.654
Outros Investimentos	17.497	14.455	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 1)80.489	64.993
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)58.575	47.126	De Domiciliados no País	92.155	74.337
Imóveis de Uso	34.319	5.445	(Capital a Realizar)	(11.666)	(9.344)
Outras Imobilizações de Uso	31.739	48.296	RESERVAS DE SOBRAS	104.385	77.429
(Depreciação acumulada)	(7.483)	(6.615)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.054	4.232
INTANGÍVEL	(NOTA 10)4.947	4.428			
Outros Ativos Intangíveis	9.115	7.480			
(Amortização acumulada)	(4.168)	(3.052)			
TOTAL DO ATIVO	1.667.100	1.220.261	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.667.100	1.220.261

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	70.946	-	70.946	137.890	-	137.890	114.217	56	114.273
Operações de Crédito	70.873	-	70.873	137.731	-	137.731	113.912	56	113.968
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	73	-	73	159	-	159	304	-	304
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(49.342)	(1.151)	(50.493)	(105.036)	(2.195)	(107.231)	(93.958)	(1.202)	(95.160)
Operações de Captação no Mercado	(28.526)	(66)	(28.592)	(64.072)	(174)	(64.246)	(61.534)	(261)	(61.795)
Operações de Empréstimos e Repasses	(12.481)	(1.085)	(13.566)	(24.904)	(2.021)	(26.925)	(15.056)	(941)	(15.997)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.335)	-	(8.335)	(16.060)	-	(16.060)	(17.368)	-	(17.368)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.604	(1.151)	20.453	32.854	(2.195)	30.659	20.259	(1.146)	19.113
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.697)	4.856	159	1.629	9.288	10.917	7.929	7.082	15.011
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	9.728	9.928	19.656	15.055	18.415	33.470	10.390	12.211	22.601
Rendas de Tarifas Bancárias	6.107	-	6.107	11.067	-	11.067	8.904	-	8.904
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(19.207)	(1.675)	(20.882)	(36.439)	(2.983)	(39.422)	(28.796)	(1.776)	(30.572)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(19.665)	(2.420)	(22.085)	(36.201)	(4.362)	(40.563)	(29.865)	(2.902)	(32.767)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(151)	(502)	(653)	(307)	(932)	(1.239)	(248)	(616)	(864)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	30.840	235	31.075	69.263	378	69.641	64.976	918	65.894
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(12.349)	(710)	(13.059)	(20.809)	(1.228)	(22.037)	(17.432)	(753)	(18.185)
RESULTADO OPERACIONAL	16.907	3.705	20.612	34.483	7.093	41.576	28.188	5.936	34.124
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(503)	(37)	(540)	(688)	(11)	(699)	850	(9)	841
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	16.404	3.668	20.072	33.795	7.082	40.877	29.038	5.927	34.965
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	955	955	-	(135)	(135)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	573	573	-	(73)	(73)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	382	382	-	(62)	(62)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	16.404	4.623	21.027	33.795	6.947	40.742	29.038	5.927	34.965
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.947	(6.947)	-	5.927	(5.927)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	16.404	4.623	21.027	40.742	-	40.742	34.965	-	34.965
DESTINAÇÕES	-	-	-	(35.688)	-	(35.688)	(30.733)	-	(30.733)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.047)	-	(7.047)	(6.750)	-	(6.750)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.685)	-	(1.685)	(1.411)	-	(1.411)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(26.956)	-	(26.956)	(22.572)	-	(22.572)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.054	-	5.054	4.232	-	4.232

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	51.710	54.857	3.074	109.641
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.053	-	(3.053)	-
Outras destinações	-	-	(21)	(21)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	6.193	-	-	6.193
Baixas de capital	(2.443)	-	-	(2.443)
Resultado do período	-	-	34.965	34.965
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.411)	(1.411)
Reserva Legal - Estatutária	-	22.572	(22.572)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.480	-	(6.750)	(270)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	64.993	77.429	4.232	146.654
Mutações do Período	13.283	22.572	1.158	37.013
Saldos no início do período em 01/01/2017	64.993	77.429	4.232	146.654
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.201	-	(4.201)	-
Outras destinações	-	-	(31)	(31)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	10.407	-	-	10.407
Baixas de capital	(3.850)	-	-	(3.850)
Resultado do período	-	-	40.742	40.742
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.685)	(1.685)
Reserva Legal - Estatutária	-	26.956	(26.956)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.738	-	(7.047)	(2.309)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	80.489	104.385	5.054	189.928
Mutações do Período	15.496	26.956	822	43.274
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	71.138	77.429	19.715	168.282
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	6.750	-	-	6.750
Baixas de capital	(2.137)	-	-	(2.137)
Resultado do período	-	-	21.027	21.027
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.685)	(1.685)
Reserva Legal - Estatutária	-	26.956	(26.956)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.738	-	(7.047)	(2.309)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	80.489	104.385	5.054	189.928
Mutações do Período	9.351	26.956	(14.661)	21.646

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	01/01/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	24.078	49.736	40.044
Resultado do semestre/exercício	21.027	40.742	34.965
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.051	8.994	5.079
Provisão para operações de crédito	1.861	5.019	2.858
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	123
Provisão para desvalorização de outros créditos	140	207	61
Depreciação do imobilizado de uso	1.705	3.158	2.251
Amortização do intangível	553	1.117	650
Baixas do ativo permanente	568	1.047	417
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	36	(58)	(90)
Destinações ao FATES	(1.685)	(1.685)	(1.411)
Dividendos SicrediPar	(127)	189	220
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	17.976	113.242	189.699
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(573)	(660)	(890)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	9.917	32	(23)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(286)	(409)	351
(Aumento) em operações de crédito	(413.486)	(276.766)	(148.424)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	325.337	167.182	99.451
(Aumento) em outros créditos	(5.857)	(9.931)	(7.366)
(Aumento) em outros valores e bens	(421)	(2.646)	(376)
Aumento em depósitos	81.412	219.442	231.848
Aumento em relações interdependências passivas	833	1.580	145
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	307	2.000	(980)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(584)	(1.411)	(1.024)
Aumento em outras obrigações	21.377	14.829	16.987
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	42.054	162.978	229.743
Aquisição de Investimentos	-	(3.042)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.395)	(15.654)	(21.470)
Aplicações no Intangível	(937)	(1.635)	(1.366)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(7.332)	(20.331)	(22.836)
Integralização de capital	6.750	10.407	6.193
Baixa de capital	(2.137)	(3.850)	(2.443)
Juros ao capital próprio	(2.309)	(2.309)	(270)
Distribuição de Sobras	-	(31)	(21)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.304	4.217	3.459
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	37.026	146.864	210.366
Caixa e equivalente de caixa no início do período	674.453	564.615	354.249
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	711.479	711.479	564.615

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/01/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central . Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, para melhor visualização da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(95.135)	(25)	(95.160)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.343)	(25)	(17.368)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	14.986	25	15.011
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(32.935)	168	(32.767)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	65.869	25	65.894
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	(18.017)	(168)	(18.185)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	19.690	16.111
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	691.789	548.504
Total	711.479	564.615

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.192	1.533
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.192	1.533
Total realizável a longo prazo	2.192	1.533

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	230.528	113.543	344.071	233.934
Financiamentos	23.089	29.307	52.396	41.800
Financiamentos rurais e agroindustriais	457.994	1.092	459.086	303.053
Carteira total	711.611	143.942	855.553	578.787

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	58	-	58	50
Devedores por compra de valores e bens	241	482	723	6
Títulos e créditos a receber (i)	32.600	5	32.605	21.722
Total	32.899	487	33.386	21.778

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	-	179	-	-
Nível A	0,50	389.401	256.698	1.947	1.283
Nível B	1,00	348.289	238.946	3.510	2.390
Nível C	3,00	92.929	45.710	2.788	1.371
Nível D	10,00	24.394	26.363	2.439	2.636
Nível E	30,00	9.658	11.423	2.897	3.427
Nível F	50,00	7.943	7.860	3.972	3.930
Nível G	70,00	3.829	3.066	2.680	2.146
Nível H	100,00	12.496	10.320	12.496	10.320
Total (i)		888.939	600.565	32.729	27.503

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	8.108	55.393	74.097	57.912	195.510	146.271
Rural	136	73.859	383.999	1.092	459.086	303.053
Industrial	1.561	3.761	7.838	8.812	21.972	15.169
Comércio	1.362	39.567	44.921	46.681	132.531	88.090
Outros Serviços	1.240	18.298	30.370	29.932	79.840	47.982
Total	12.407	190.878	541.225	144.429	888.939	600.565

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	91.126	10,25	52.584	8,76
50 devedores seguintes	213.092	23,97	124.864	20,79
100 devedores seguintes	166.456	18,73	113.542	18,91
Demais	418.265	47,05	309.575	51,55
Total	888.939	100	600.565	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	27.503	24.584
Constituição de provisão	16.060	17.368
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.834)	(14.449)
Saldo final	32.729	27.503

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.969 (2016 - R\$ 4.874), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 31.013 (2016 - R\$ 32.798).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	205	152
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.620	4.072
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	1
Devedores por compra de valores e bens	241	5
Devedores por depósitos em garantia	281	609
Impostos e contribuições a compensar	727	677
Títulos e créditos a receber	32.600	21.721
Valores honrados	75	91
Cotas de consórcio	121	89
Operações com cartões	89	53
Pendências a regularizar	306	96
Outros	671	1.382
Total Circulante	37.936	28.948

Devedores por compra de valores e bens	482	1
Títulos e créditos a receber	5	1
Total realizável a longo prazo	487	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	8.081	5.431
Imóveis	7.001	4.072
Veículos e afins	-	279
Bens em regime especial	1.080	1.080
Despesas antecipadas	63	67
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(166)	(166)
Total Circulante	7.978	5.332

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 166 (2016 - R\$ 166) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	10.555	7.513
Sicredi Participações S.A.	6.940	6.940
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	17.497	14.455

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	2.246.547 ON	2.246.547 ON	2	2	10.554.606	7.512.715
	4.693.497 PN	4.693.497 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,79%	0,80%	1,22%	1,27%	5,50%	4,73%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	6.940	6.940	2	2	10.555	7.513

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	66.058	(7.483)	58.575	47.126
Imobilizações em curso	-	133	-	133	26.941
Terrenos	-	5.445	-	5.445	5.445
Edificações	4%	28.874	(96)	28.778	-
Instalações	10%	13.042	(2.395)	10.647	6.974
Móveis e equipamentos de uso	10%	9.938	(1.784)	8.154	4.184
Sistema de comunicação	10%	269	(77)	192	182
Sistema de processamento de dados	20%	6.712	(2.809)	3.903	2.550
Sistema de segurança	10%	1.118	(159)	959	519
Sistema de transporte	20%	527	(163)	364	331
Intangível (i)		9.115	(4.168)	4.947	4.428
Investimentos Confederação		9.115	(4.168)	4.947	4.428
Total		75.173	(11.651)	63.522	51.554

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	156.412	-	-	156.412	100.541
Depósitos a prazo	8.180	10.267	773.245	791.692	628.121
Total	164.592	10.267	773.245	948.104	728.662

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	457.666	289.540
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	457.666	289.540
Total circulante	457.666	289.540
Recursos do Crédito Rural	1.081	2.059
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.081	2.059
Total exigível a longo prazo	1.081	2.059

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 03/11/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	7.356	5.356
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.356	5.356
Total circulante	7.356	5.356

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	7.512	9.558
Obrigações por convênios oficiais	3	5
Provisão para pagamentos a efetuar	9.758	8.469
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	205	263
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.030	868
Pendências a regularizar	140	291
Operações com cartões	31.521	20.477
Demais fornecedores	882	744
Credores diversos	3.414	1.868
Total circulante	54.465	42.543

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	180	45	(108)	117
Cível	83	64	(59)	88
Total	263	109	(167)	205

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	117	180
Cível	Provável	88	83
Total		205	263

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 173 e R\$ 612 (2016 - R\$ 212 e R\$ 567), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	80.489	64.993
Total de associados	57.104	49.932

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 15.496 (2016 – R\$ 13.283), sendo R\$ 8.939 (2016 – R\$ 9.533) via integralização de resultados e R\$ 10.407 (2016 – R\$ 6.193), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.850 (2016 – R\$ 2.443).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10% em 70% em Conta Capital e 30% em Conta Corrente, no montante de R\$ 7.047, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 80% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	40.877	34.965
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(17.168)	(14.685)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	2	-
Provisão resgate de milhas cartão	134	30
Provisão PPR	83	28
Receita com atos cooperativos	14.194	12.196
Juros sobre capital próprio	2.960	2.835
Outros	(340)	(404)
Subtotal	17.033	14.685
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(135)	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.192	1.533
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	691.789	548.504
Outros Créditos - Rendas a receber	1.357	975
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.916	2.943
Investimentos (Nota 09)	17.497	14.455
Intangível (Nota 10)	4.947	4.428
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	458.747	291.599
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.356	5.356
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	31.175	20.026
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	159	304
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	7.563	4.603
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	61.905	57.929
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	26.925	15.997
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.087	1.594
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	13.114	10.163

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	118	0,08%	120
Depósitos a prazo	5.065	0,64%	4.425
Operações de crédito	8.198	0,96%	5.135

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.984	3.156

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	915	709
Despesa de aluguéis	4.627	3.587
Despesa de comunicação	1.836	1.533
Despesa de manutenção e conservação	2.766	1.763
Despesa de material	970	565
Despesa processamento dados	712	476
Despesa de promoções e relações públicas	4.596	3.813
Despesa de propaganda e publicidade	690	1.036
Despesa de seguro	303	255
Despesa de serviços do sistema financeiro	4.038	3.375
Despesa de serviços de terceiros	2.165	997
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.733	2.200
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.236	842
Despesa de serviços de transpostes	2.923	2.684
Despesa de viagem	1.077	1.289
Outras despesas administrativas	8.976	7.643
Total	40.563	32.767

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	4.620	4.061
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	61.140	56.898
Reversão de provisões operacionais	1.947	2.730
Outras rendas operacionais	1.934	2.205
Total	69.641	65.894

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.345	2.420
Contribuição O.C.E.	192	175
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.445	1.568
Contribuição Confederação Sicredi	7.954	5.555
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	961	942
Contribuição Sureg	-	3
Encargos da administração financeira	349	312
Repasse administradora de Cartões	881	831
Depreciação e amortização	1.117	657
Outras provisões operacionais	1.897	2.051
Outras despesas operacionais	4.896	3.671
Total	22.037	18.185

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	70.385	53.217
Total	70.385	53.217

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- • Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	186.453	144.587
Nível I (NI)	186.453	144.587
Capital principal - CP	186.453	144.587
Capital social	80.489	64.993
Reservas de capital	104.385	77.429
Lucros acumulados	5.054	4.232
Ajustes Prudenciais	(3.475)	(2.067)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.194.789	834.023
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	986	743
Margem de Capital (i)	60.016	61.484
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,61%	17,34%
Situação de Imobilização (Imob)	60.049	49.489
Índice de Imobilização (Imob / PR)	32,21%	34,23%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Marcio Zwierewicz
Diretor Executivo
CPF: 930.636.529-20

Tilene Moerschbacher Farina
Diretora de Operações / Contador
CPF: 930.636.529-20
CRC: PR-041835/O-4